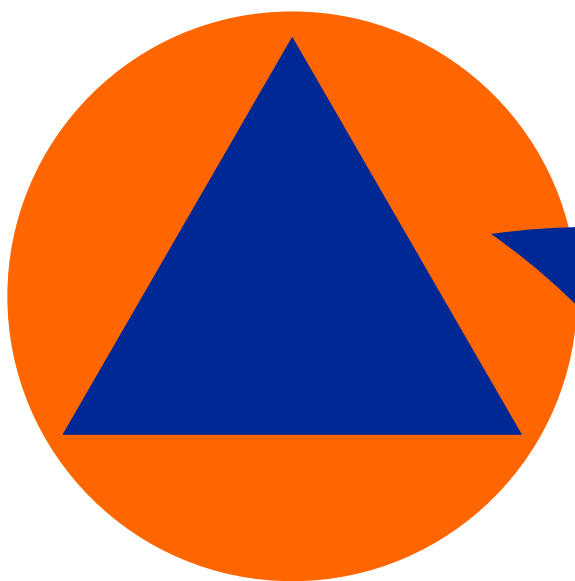




PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL

ÍLHAVO
REVISÃO 2017



Conteúdo

LISTA DE ACRÓNIMOS.....	5
REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS.....	7
REGISTO DE ATUALIZAÇÕES E EXERCÍCIOS	11
Parte I – Enquadramento.....	14
1. Introdução.....	14
2. Finalidade e objetivos.....	16
3. Tipificação dos riscos.....	17
4. Critérios para a ativação.....	18
4.1. Competência para a ativação do Plano de Municipal de Emergência de Proteção Civil.....	18
4.2. Critérios para a ativação do Plano.....	20
Parte II – Execução	22
1. Estruturas	22
1.1 Estrutura de Direção Política	22
1.2. Estrutura de Coordenação Política.....	22
1.3. Estrutura de Coordenação Institucional	24
1.4 Estruturas de Comando Operacional	24
2. Responsabilidades.....	25
2.1. Responsabilidades dos Serviços de Proteção Civil.....	25
2.2. Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil	26
2.3 Responsabilidades dos Organismos e Entidades de Apoio.....	30
3. Organização.....	36
3.1. Infraestruturas de relevância operacional	36
3.1.1. MUNICÍPIO DE ÍLHAVO.....	36
3.1.1.1. Acessos terrestres.....	36
3.1.1.2. Acesso marítimo	44
3.1.1.3. Rede aérea.....	44
3.1.1.4. Sistema de abastecimento de água.....	45
3.1.1.5. Infraestruturas de saneamento básico.....	46
3.1.1.6. Infraestruturas de eletricidade	48
3.1.1.7. Redes de telecomunicações	49
3.1.1.8. Rede de gás.....	52
3.1.2. Indústria.....	53
3.1.3. Elementos estratégicos, vitais ou sensíveis para as operações de proteção civil e socorro.....	59

3.2. Zonas de Intervenção	66
3.2.1. Zona de Sinistro (ZS)	67
3.2.2. Zona de Apoio (ZA)	67
3.2.3. Zona de concentração e reserva (ZCR)	67
3.2.4. Zona de Receção de Reforços (ZRR)	68
3.3 Mobilização e coordenação de meios	69
3.4 Notificação operacional.....	69
4. Áreas de Intervenção	70
4.1. Gestão administrativa e financeira	70
4.1.1. Prioridade de ação	70
4.1.2. Estrutura de coordenação e constituição	71
4.1.3. Procedimentos	71
4.2. Reconhecimento e avaliação	72
4.2.1. Prioridade de ação	72
4.2.2. Estrutura de coordenação e constituição	72
4.2.3.Procedimentos	72
4.3. Logística	72
4.3.1. Prioridade de ação	72
4.3.2. Estrutura de coordenação e constituição	73
4.3.3. Procedimentos	75
4.4. Comunicações	78
4.4.1. Prioridade de ação	78
4.4.2. Estrutura de coordenação e constituição	78
4.4.3.Procedimentos	78
4.5. Informação pública	80
4.5.1. Prioridade de ação	80
4.5.2. Estrutura de coordenação e constituição	81
4.5.3.Procedimentos	81
4.6. Confinação e/ou evacuação	85
4.6.1. Prioridade de ação	85
4.6.2. Estrutura de coordenação e constituição	85
4.6.3.Procedimentos	86
4.7. Manutenção da ordem pública.....	87
4.7.1.Prioridade de ação	87
4.7.2.Estrutura de coordenação e constituição	87
4.7.3.Procedimentos	88
4.8. Serviços médicos e transporte de vítimas.....	89
4.8.1.Prioridade de ação	89
4.8.2.Estrutura de coordenação e constituição	90
4.8.3.Procedimentos	90
4.9. Socorro e salvamento	91
4.9.1.Prioridade de ação	91
4.9.2.Estrutura de coordenação e constituição	91

4.9.3.Procedimentos.....	91
4.10. Serviços mortuários	92
4.10.1. Prioridade de ação.....	92
4.10.2. Estrutura de coordenação e constituição	92
4.10.3. Procedimentos.....	92
Parte III – Inventários, Modelos e Listagens	94
1. Inventário de meios e recursos	94
2. Lista de contactos.....	98
3. Modelos	110
4. Lista de distribuição do Plano.....	117
ANEXOS	118
ANEXO I – Cartografia e fichas de segurança.....	119
i – Cartografia de suporte às operações de emergência de Proteção Civil.....	119
ANEXO II – Programa de medidas a implementar para a prevenção e mitigação dos riscos identificados e para a garantia de operacionalidade do PMEPC.....	125
i – Programa de medidas a implementar para a prevenção e mitigação dos riscos identificados	125
1 – Estratégias gerais	125
2 – Estratégias específicas	126
ii – Programa de medidas a implementar para a garantia da manutenção da operacionalidade do PMEPC.....	128

3. Modelos

Comunicados / Relatórios / Requisições

Está prevista a divulgação pública de avisos e medidas de autoproteção, quer diretamente à população, quer através dos órgãos de comunicação social. Tal ação poderá desenrolar-se quer na fase de pré-emergência (divulgação de comunicados ou folhetos destinados a sensibilizar a população para a adoção de uma cultura de prevenção e autoproteção), quer na fase de emergência (informação sobre o evoluir da situação e respetivas medidas a adotar).

Os comunicados devem ser adequados ao público-alvo a que se destinam e deverão incluir informação sobre:

- Natureza da ocorrência (localização espacial e temporal, causas associadas)
- Efeitos da ocorrência
- Meios empenhados no terreno
- Orientações à população (medidas de autoproteção, regras de evacuação, etc)
- Previsão da evolução da situação
- Data/hora do próximo comunicado
- Data/hora e identificação do responsável

 	
COMUNICADO N.º	
Responsável:	
Data:	Hora:
INFORMAÇÃO	
Ocorrência	
Local	

PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL



Causas			
Efeitos			
MEIOS NO TERRENO			
ORIENTAÇÕES À POPULAÇÃO			
PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO			
PRÓXIMO COMUNICADO	Data:	Hora:	
ASSINATURA:	Data:	Hora:	

 	
Relatório _____ (*) N.º PONTO DE SITUAÇÃO DA EMERGÊNCIA	
(*) Imediato / Geral / Especial	
Responsável:	
Data:	Hora:
OCORRÊNCIA	
Natureza	
Local	



Causas			
Área afetada			
DANOS PESSOAIS			
Mortos		Desaparecidos	
Feridos Graves		Feridos Ligeiros	
Desalojados		Deslocados	
Evacuados		Soterrados	
DANOS NO EDIFICADO/INFRAESTRUTURAS			
Edifícios	Danos Ligeiros	Danos Graves	Colapsados
DANOS EM VIAS DE COMUNICAÇÃO			
Vias	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inutilizáveis
DANOS EM TRANSPORTES			
Transportes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
DANOS EM INFRAESTRUTURAS BÁSICAS			
Redes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
OUTRAS INFORMAÇÕES			
NECESSIDADES			



RELATÓRIO FINAL

OCORRÊNCIA

Natureza	
Local	
Causa	
Efeitos	
Área afetada	

MEIOS INTERVENIENTES NAS OPERAÇÕES

Entidade	Nº Operacionais	Nº Veículos	Outros Meios
TOTAL			

EFICÁCIA DOS MEIOS DE RESPOSTA

Entidade	Eficácia					Observações
	Muito Boa	Boa	Satisfatória	Pouco Eficiente	Nada Eficiente	

POSTO DE COMANDO OPERACIONAL

Localização PCO					
Apoio Técnico no PCO	Entidade		Nome		
Responsável pelo PCO	Nome		Data / Hora		

DANOS HUMANOS

População	Feridos		Mortos	Evacuados	Desalojados	Desaparecidos
	Ligeiros	Graves				



TOTAL						
DANOS EM ANIMAIS						
Espécie	Mortos		Feridos		Observações	
TOTAL						
DANOS EM EDIFÍCIOS						
Tipo	Destruídos		Danos Graves		Danos Ligeiros	
	Nº	Causas	Nº	Causas	Nº	Causas
TOTAL						
DANOS EM VIAS DE COMUNICAÇÃO						
Tipo	Destruídas		Danificadas		Interrompidas	
DANOS EM VEÍCULOS						
Tipo	Destruídos		Danificados		Observações	
TOTAIS						
DANOS EM INFRAESTRUTURAS DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO						
Tipo de Rede	Destruídas		Danificadas		Interrompidas	
DANOS EM INFRAESTRUTURAS DA REDE DE COMUNICAÇÕES						
Tipo de Rede	Destruídas		Danificadas		Interrompidas	
DANOS AMBIENTAIS						
Tipo de Afetação	Quantidade (ha, km, nº)		Local		Observações	
ASSISTÊNCIA FORNECIDA À POPULAÇÃO						
Tipo de Assistência	Quantidade		Requerida por		Fornecida por	



REALOJAMENTO				
Local			Nº	
TOTAL				
APRECIAÇÃO GLOBAL DAS OPERAÇÕES E DA ORGANIZAÇÃO				
Descrição	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Constrangimentos	
AÇÕES DE REABILITAÇÃO				
REALIZADAS (breve descrição)				
PREVISTAS (breve descrição)				
ESTIMATIVA DE CUSTOS				
Dano		Custo (euros)		
TOTAL				
COMENTÁRIOS FINAIS				
Nota: Sempre que possível anexar fotografias dos danos.				
Responsável:				
Data / Hora		Assinatura		

REQUISIÇÕES

As requisições destinam-se a garantir o fornecimento de artigos e bens de consumo.

  Câmara Municipal de Ilhavo	
REQUISIÇÃO Nº	
Informação contida	
Data	
Hora	
Entidade Requisitada:	
Produto/Equipamento/Serviço:	
Código:	
Quantidade	
Entidade Requisitada:	
FINALIDADE	
APROVAÇÃO	
RESPONSÁVEL:	
ASSINATURA (OU CARIMBO): 	

4. Lista de distribuição do Plano

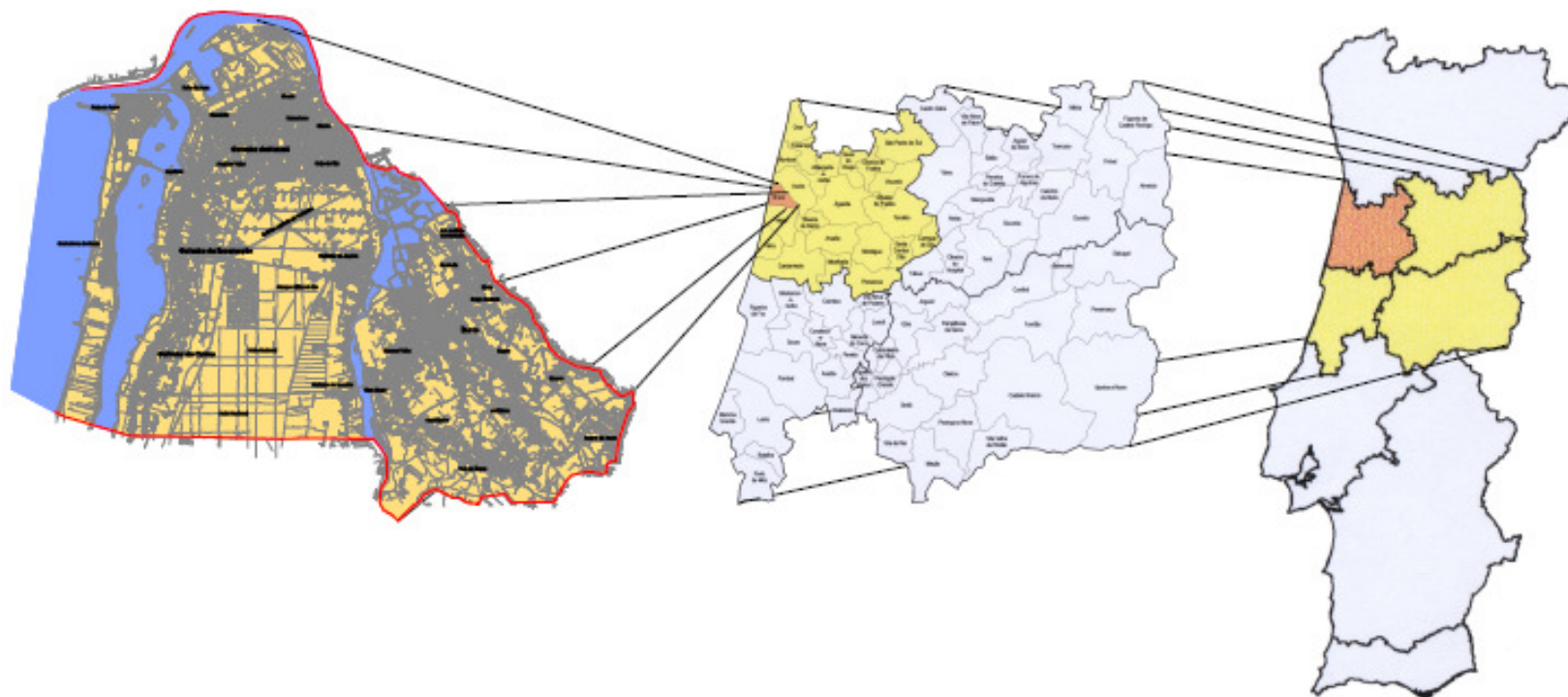
Entidade	Recebido por	Data
Câmara Municipal de Ílhavo		
CMPC – Comissão Municipal da Proteção Civil		
ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil		
CDOS – Comando Distrital de Operações de Socorro de Aveiro		
Bombeiros Voluntários de Ílhavo		
GNR		
Polícia Marítima		
Junta de Freguesia de São Salvador		
Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré		
Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação		
Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo		
Capitania do Porto de Aveiro		
Administração do Porto de Aveiro (APA)		
Delegação de Saúde de Ílhavo		
Atendimento Social Integrado de Ílhavo		
Hospital Infante D. Pedro E.P.E. Aveiro		
INEM		
EP – Estradas de Portugal, S.A.		
Portugal Telecom, S.A.		
Galp On – Gás Natural		
EDP		
Radioamadores		
Agrupamento de Escolas de Ílhavo		
Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré		
Agrupamento de Escolas da Gafanha da Encarnação		
Corpo Nacional de Escutas		
Rádio Terranova		
Câmara Municipal de Aveiro		
Câmara Municipal de Vagos		
APA – Agência Portuguesa do Ambiente		
IGAOT – Inspeção Geral do Ambiente e Ordenamento do Território		

ANEXOS

ANEXO I – Cartografia e fichas de segurança

i – Cartografia de suporte às operações de emergência de Proteção Civil

01. LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO
02. EQUIPAMENTOS
03. REDE VIÁRIA E FERROVIÁRIA
04. CONDICIONANTES
05. LOCAIS DE APOIO



1. LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LEGENDA:

EQUIPAMENTOS COLECTIVOS:

EQUIPAMENTO RELIGIOSO:

-  IREJA / CAPLA
-  CENTRO PAROQUIAL
-  CEMENTERIO
-  CASA ACOLHEDORA

EDUCAÇÃO E ENSINO:

- ▲ JARDIM DE INFÂNCIA
- ▲ ESCOLA DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO
- ▲ CENTRO ESCOLAR (A1 + B1 + A2 + B2)
- ▲ ESCOLA DO 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO
- ▲ ESCOLA SECUNDÁRIA

SAIDE:

-  CENTRO DE SAÚDE
 UNIDADE DE SAÚDE
 FARMÁCIA
 UNIDADE CIDADÃOS CONHECIDOS

AÇÃO SOCIAL:

- SEMPRE LOCAL DE SEGURANÇA SOCIAL
- CADU (Centro de Apoio Social do Conselho distrital)
- SABER CASA DA MEMÓRIA
- CEBOSOL (Centro de Educação e Recuperação Social - Instituto de Ações Educativas)
- PARQUE DOSSIMBLES
- OBRA DA PROTEÇÃO
- CEBOSOL E FROQUEL GAT, DA ENCARNAÇÃO
- CEBOSOL E FROQUEL GAT, DA SÉPADA NOME
- ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL GAT, DO CARMO
- FUNDAÇÃO MILE SARDO
- FORUM NA OLAZAR

EQUIPAMENTOS DEPORTIVOS

-  PAVILHÕES E SALAS DE DESEPODO
-  GRANDES CAMPOS DE JOGOS
-  PEQUENOS CAMPOS DE JOGOS
-  PÓIS DESEPODO DE DESCOBERTAS ESCOLARES
-  ÁREAS DE COBERTURA / ARBÓREO
-  ÁREAS DE ATENDIMENTO
-  INSTALAÇÕES DESPORTIVAS ESPECIÁIS/PAGANS
-  INSTALAÇÕES DESPORTIVAS RECREATIVAS
-  PARQUES JUVENIS
-  ÁREAS

MERCADOS E FEIRAS:

- MBC
 FIBA

EQUIPAMENTO HOTELERO:

- FAREE DE CAMPING
-  ALQUANTO LOCAL
-  HOTEL

PREVENÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA:

-  PORTO TERRA NOVA DA GILHA
-  CAPELA
-  PORTO DA MARINHA
-  QUARTO DE BOMBAS
-  UNIDADE DE CONTROLO-CENTRO
-  COMANDO LOCAL POLICIA MARITIMA AVIZO
-  BRASCO SALVA-VIDAS (IN)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E LOCAL:

-  **INFORMAÇÕES**
-  **CAMARIA MUNICIPAL**
-  **Tribunal**
-  **CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DE LANKO**
-  **JURIS DE PESQUISA**
-  **ARMATÉRIAS CEMITÉRIO**
-  **ARMATÉRIAS JUNTAS DE PESQUISA**
-  **REGISTO CIVIL E FISCAL**

CULTURA E RECREIO

-  NINERCA
-  MUSEI
-  CENTRO CULTURAL

FORMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA:

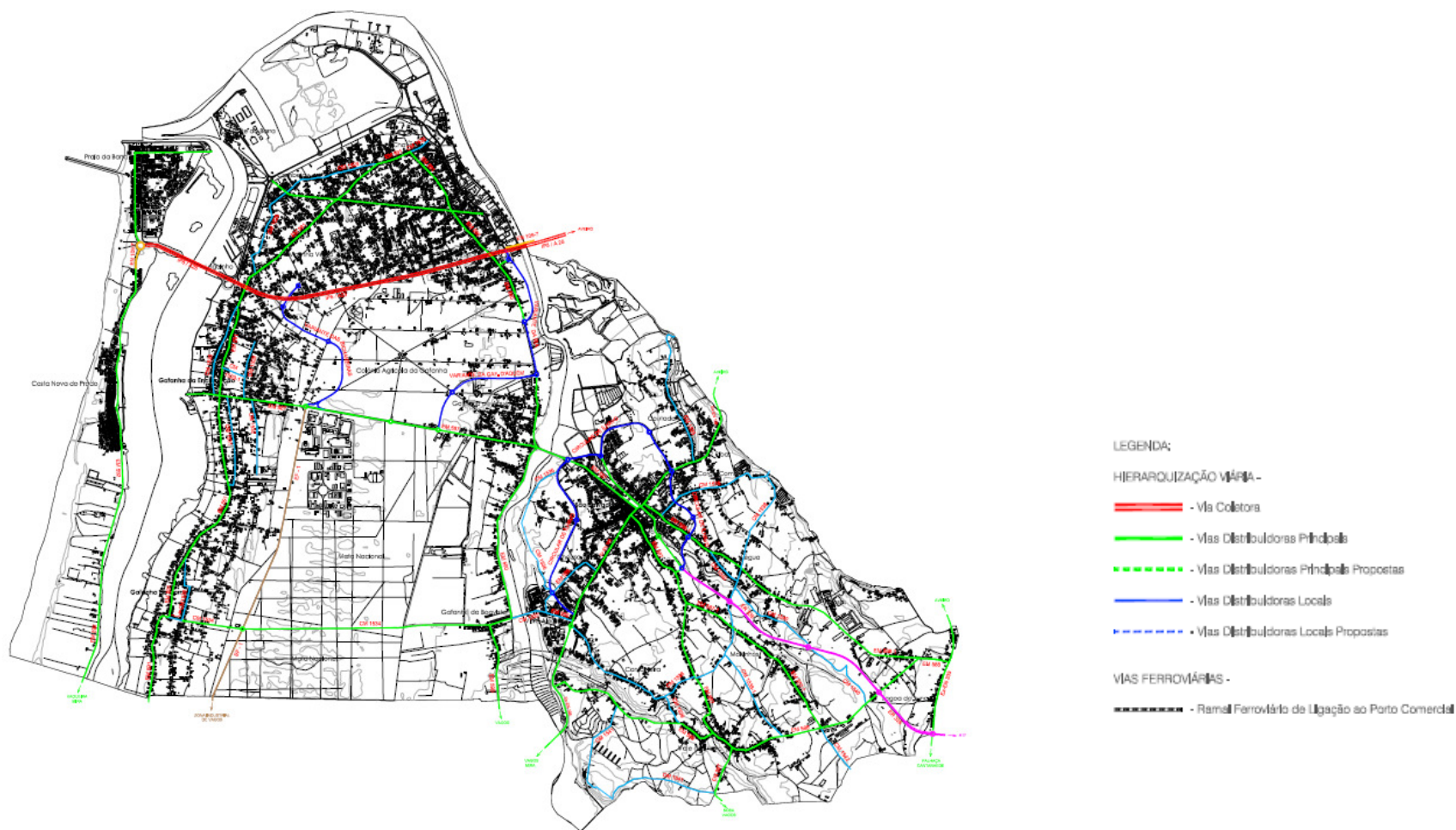
-  ATIL
-  CENTRO FORMAÇÃO
-  EMER / ESCOLA DE TRÂNSITO
-  SÓCIOEDUCATIVO
-  NÚCLEO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

OUTROS EQUIPAMENTOS:

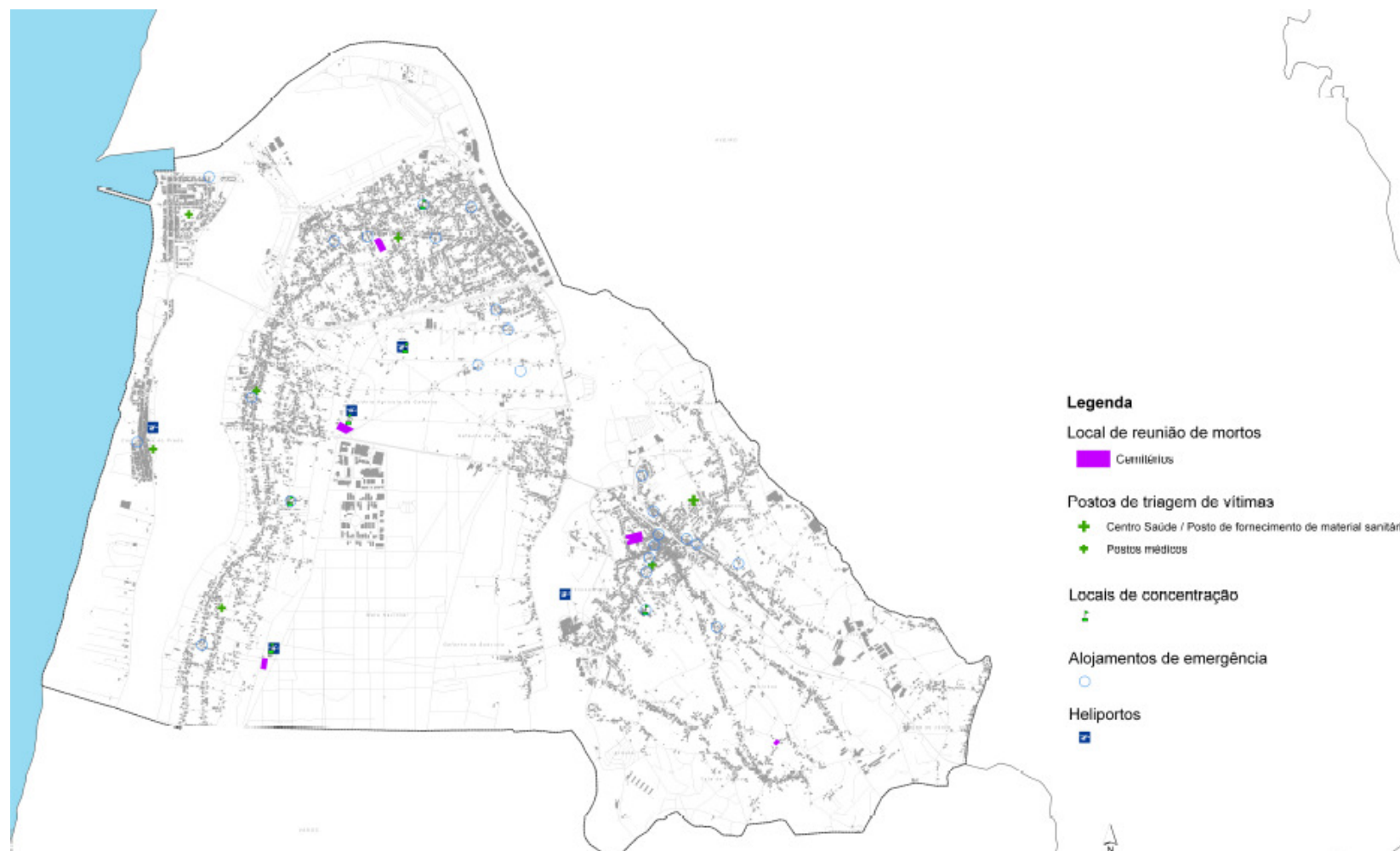
-  ESTACÃO DE CORRÊS
-  EDOCEBRO
-  CANAL SÃO MUNICIPAL
-  CANAL DOS PESCADORES
-  PORTO DE AVIRO
-  FERRY BOAT
-  SANTUÁRIO PÚBLICO

ESPAÇOS VERDES:

- ESPAÇOS VERDES PRINCIPAIS
- PARQUE DE ABRIGADA



03. REDE VIÁRIA E FERROVIÁRIA



05. LOCAIS DE APOIO

ANEXO II – Programa de medidas a implementar para a prevenção e mitigação dos riscos identificados e para a garantia de operacionalidade do PMEPC

i – Programa de medidas a implementar para a prevenção e mitigação dos riscos identificados

1 – Estratégias gerais

No âmbito da definição de estratégias para mitigação dos efeitos associados a acidentes graves ou catástrofes, torna-se útil clarificar aquelas que, ao serem implementadas, apresentam um efeito benéfico transversal a vários tipos de eventos.

Importa ter em conta nas estratégias de mitigação de carácter geral:

- As que decorrem da lei de bases de proteção civil, como são o direito à informação e formação dos cidadãos, de acordo com a qual os cidadãos têm direito à informação sobre os riscos a que estão sujeitos, bem como sobre as medidas adotadas e a adotar de modo a minimizar os efeitos de acidente grave ou catástrofe. Esta estratégia pode incluir na sua implementação, o desenvolvimento de ações de informação/ sensibilização destinadas à população em geral, mas também às instituições públicas e privadas, consciencializando-as das responsabilidades que recaem sobre elas;
- As ações tendentes à atualização das bases de dados de ocorrências para uma permanente atualização dos níveis de risco e das áreas de suscetibilidade bem como, à manutenção do inventário atualizado de meios materiais e humanos que poderão ser ativados em caso de emergência;
- A articulação com os instrumentos de gestão territorial, complementando as estratégias ali definidas para a diminuição das vulnerabilidades e para a minimização dos riscos identificados;
- Promoção da realização de exercícios aos diferentes níveis;

- A maximização da eficiência das ações de socorro promovendo a realização de planos de emergência (especiais, municipais) concisos e centrados nas componentes operacionais (potenciar a eficiente gestão de recursos disponíveis).

2 – Estratégias específicas

A legislação, seja nacional ou aplicável ao território em causa, é um dos primeiros instrumentos para a mitigação de riscos, existindo diplomas legais, normas e regulamentos que suportam medidas e posturas municipais. Por outro lado, a adoção de projetos ou de programas integrados destinados a mitigar os riscos e as vulnerabilidades do território é fundamental para que se obtenham resultados na eliminação ou na redução da possibilidade de ocorrência ou dos efeitos que possam eventualmente resultar de acidente grave ou catástrofe.

Como tal, consideram-se os seguintes instrumentos e medidas de mitigação dos riscos:

- PDM – através do ordenamento do território da regulação das condicionantes do território ou da previsão de requalificação dessas áreas.
- PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano / PARU – Projeto de Delimitação de Área de Delimitação Urbana / Programa RECUPERA

Estes instrumentos têm o objetivo de inverter o processo degenerativo do núcleo histórico, com o trabalho de reabilitação dos espaços públicos do tecido urbano central, modernizando as infraestruturas, equipamentos de utilização coletiva, espaços verdes, mobiliário urbano e melhoria geral da mobilidade, prevenindo o agravamento das condições de uso, solidez, segurança e salubridade.

Riscos Acidentes Rodoviários

- Plano Municipal de Segurança Rodoviária – CIRA – Define estratégias de sensibilização de automobilistas e peões, para o cumprimento das regras de segurança e, desta forma reduzir o risco de acidente, assim como medidas de melhoramento de infraestruturas rodoviárias, principalmente nos pontos onde se verifica uma sinistralidade mais elevada, já que 84% dos acidentes com vítimas na região de Aveiro tiveram lugar dentro das localidades em 2015 (segundo a ANSR); Ações de formação e sensibilização para jovens e crianças na EMER.

Riscos Incêndios florestais:

- PMDFCI
- Programa Woodwatch, Programa Vocação e PMOTL – Ocupação de tempos livres na área da Proteção Civil, que incide na sensibilização de jovens para a proteção das florestas, incluindo ações de vigilância.

Risco de Acidentes Graves com Substâncias Perigosas: PEEExt Ílhavo

Risco das Cheias, inundações, Invasões do mar:

- POC-OMG
- EMAACI – Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, encontrando-se em elaboração o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas
- Programa Coastwatch – para sensibilização dos jovens para a proteção da zona costeira

Risco de acidente industrial ou marítimo, com consequências ambientais marítimas:
Plano Mar Limpo

Informação e Formação da População:

As ações de sensibilização e informação à população acerca dos riscos e prevenção de incêndios urbanos, florestais, medidas de autoproteção em caso de sismo, condições meteorológicas adversas ou acidente grave, são importantes nesta estratégia. Assim, estão à disposição do público em geral, o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, o Plano de Emergência Externo, e outras informações relativas à prevenção e emergência, no site da Câmara Municipal <http://www.cm-ilhavo.pt/>, para consulta e download.

São regularmente realizadas várias ações durante o ano:

- Crianças e jovens, através de ações de formação e sensibilização nas Escolas, exercícios e simulacros nos edifícios escolares;
- Séniores, com ações de sensibilização e exercícios nos espaços Maioridade;

- População em geral, com ações de informação e sensibilização dos vários riscos e respetivas medidas de prevenção e autoproteção;
- Funcionários dos Serviços municipais, com ações de formação regulares de medidas de autoproteção e socorro;
- Publicação de informação à população nas edições municipais: Agenda e Boletim Municipal, cartazes e panfletos específicos.

Além destas ações, pretende-se iniciar a sensibilização das pequenas e médias indústrias para a necessidade de elaboração de Planos de Emergência Internos, e para realização de exercícios/simulacros, assim como para a divulgação das suas instalações e dos seus produtos aos agentes de proteção e socorro, para a organização da emergência.

A intervenção das forças de Proteção Civil é essencial na prevenção, na proteção e na organização da emergência.

A gestão dos meios de autoproteção por parte do SMPC, através da atualização, verificação e reforço dos meios disponíveis (como a rede de hidrantes, equipamentos de socorro, etc.), onde a troca de informação com várias entidades privadas de manutenção de infraestruturas, abastecimento, saneamento, se torna importante, de forma a poderem colaborar mais eficazmente com a Proteção Civil em caso de Acidente grave ou catástrofe.

A revisão, teste e manutenção da operacionalidade do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil e a sua articulação com o Plano de Emergência Externo também fazem parte da estratégia para a mitigação de riscos do Município de Ílhavo.

ii – Programa de medidas a implementar para a garantia da manutenção da operacionalidade do PMEPC

De modo a garantir a permanente operacionalidade do PMEPC de Ílhavo, manter a prontidão dos agentes e entidades neles envolvidos e recolher lições para a sua melhoria e atualização, serão realizados exercícios de simulação do PMEPC, no prazo máximo de 180 dias a partir da data de publicação em Diário da República da aprovação da sua revisão, e a partir daí, com uma periodicidade mínima bienal.

Serão realizados exercícios tipo **LivEx**.

Por exercício **LivEx** entende-se um exercício de ordem operacional, no qual se desenvolvem missões no terreno, com meios humanos e equipamento, permitindo avaliar as disponibilidades operacionais e as capacidades de execução das entidades envolvidas.

Os referidos exercícios poderão envolver o teste à totalidade ou apenas a parte do Plano.

Após cada Exercício será elaborado um Relatório, que constará da lista de registos de Exercícios do PMEPC. Neste Relatório analisam-se e avaliam-se os principais acontecimentos ocorridos durante o desenvolvimento das ações e, registam-se as medidas corretivas a introduzir no Plano, no sentido de melhorar a sua eficiência ou a eficácia dos meios de Intervenção.